

PCN E PNLD: PARAMETRIZAÇÃO DO ENSINO DE GRAMÁTICA

DANIELA MANINI (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS).

Resumo

Este trabalho pretende discutir propostas para o ensino de gramática no Ensino Fundamental II, frente de Língua Portuguesa que gera várias discussões, para além das esferas acadêmica e pedagógica, sobre que gramática(s) ensinar e sob qual(is) metodologia(s). Para tanto, traz a discussão e a análise sobre o que propõem documentos oficiais de ensino, como os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (doravante, PCN) e o Programa Nacional do Livro Didático (doravante, PNLD) para o ensino de gramática. Assim sendo, será apresentada, inicialmente, uma explicação geral sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais no contexto na Educação brasileira, a fim de melhor esclarecer sobre o sentido dos PCN de Língua Portuguesa. Em seguida, faremos uma descrição geral dos PCN, destacando o modo como definem e propõem o ensino de gramática, a fim de identificar qual (is) a(s) orientação(ões) teórico-metodológica(s) dada(s) para o trabalho com esse eixo de ensino. Por fim, faremos uma descrição geral do PNLD e uma análise comparativa sobre como as avaliações do Programa (1999, 2002, 2005 e 2008) apresentam os critérios para avaliar as atividades de gramática nos livros didáticos de Português (doravante, LDP) de 6º a 9º anos (5ª a 8ª séries). O objetivo dessa análise é entender como as orientações dos PCN têm sido incorporadas pelo Programa, assim como refletir a respeito do que este espera dos atuais LDP em relação ao ensino de gramática. Entendemos que o LDP, em função das sucessivas avaliações por que vem passando através do PNLD, configura-se como um material que pode contribuir para a formação docente em exercício, mesmo porque, em muitos casos, é o único meio impresso a que têm acesso parte dos professores da escola pública.

Palavras-chave:

livro didático de Português, ensino de gramática, PCN.

PCN e PNLD: Parametrização do ensino de gramática

Daniela Manini - dmanini@uol.com.br

Este trabalho discorre sobre as propostas para o ensino de gramática dadas por documentos oficiais de ensino - os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (doravante, PCN) e o Programa Nacional do Livro Didático (doravante, PNLD) - e faz parte de um trabalho geral de pesquisa que analisou o modo como alguns dos atuais livros didáticos de Português desenvolvem o ensino de gramática.

1. Parâmetros Curriculares Nacionais no ensino brasileiro - explicações gerais

A Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL - MEC/SEF, 1998) esclarece que a elaboração de referenciais para o ensino de todas as disciplinas da Educação Básica é resultado do Plano Decenal de Educação,

aprovado pela Constituição Federal de 1988, e da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sancionada em 20/12/1996. Ambos os documentos destacam a necessidade de a União, junto aos estados e municípios, estabelecer diretrizes que assegurem, através de conteúdos/procedimentos mínimos exigidos por cada disciplina escolar, uma formação básica comum aos alunos em todo o país. Os Parâmetros Curriculares Nacionais surgem, então, como referenciais para dialogar com propostas curriculares estaduais e municipais, bem como com os projetos pedagógicos das escolas, a fim de garantir essa formação comum em território nacional e também assegurar o respeito às diversidades do país[1].

A ênfase do documento, com base na nova LDB, é no desenvolvimento da capacidade de "aprender a aprender", o que significa uma formação reflexiva, na medida em que valoriza a atitude investigativa em todas as disciplinas escolares. Conforme o documento, isso será possível a partir do domínio da leitura, da escrita e do raciocínio lógico-matemático, habilidades determinantes para a formação de "cidadãos". Reiteradas vezes o documento afirma que é papel da escola "promover a educação para a cidadania".

2. Os PCN e a *prática de análise linguística*

Os PCN definem as "práticas sociais de linguagem" como sendo o objeto de conhecimento a ser trabalhado pela disciplina Língua Portuguesa, por isso estabelecem "o texto como unidade e o gênero como objeto de ensino" para a organização das atividades didáticas. Neste sentido, e declaradamente com base na metodologia sugerida por Geraldí (1984; 1996)[2], propõem que o ensino de Língua Portuguesa se organize em torno de dois eixos básicos: o *eixo do uso* e o *eixo da reflexão*, diagramados da seguinte maneira:

No eixo do uso estão as práticas de leitura, escrita, fala e escuta de textos. No eixo da reflexão, está a *prática de análise linguística*, conforme representa o diagrama a seguir:

Fonte: BRASIL - MEC/SEF, 1998, p. 35.

O procedimento para a *prática de análise linguística* sugerido pelos PCN é o mesmo proposto por Franchi (1988) e Geraldí (1991) para o ensino de

gramática, numa concepção distinta da tradicional: partir das atividades *linguísticas*, que consistem no desenvolvimento do conhecimento intuitivo que todo falante tem sobre a língua; ir para as atividades *epilinguísticas*, que consistem numa atitude reflexiva sobre a organização e o funcionamento da língua e da linguagem, sem a preocupação de definir conceitos; e, por fim, para as atividades *metalinguísticas*, ou seja, a explicitação de uma teoria gramatical.

Do mesmo modo que Franchi (1988) e Geraldí (1991), os PCN afirmam que a referência para o ensino não pode ser a gramática tradicional, pois a metodologia não deve reproduzir o clássico percurso de definição, classificação e exercitação, centrado na análise de unidades menores como fonemas, palavras e frases. As atividades do eixo da reflexão caracterizam-se por ser:

Uma prática que parte da reflexão produzida pelos alunos mediante a utilização de uma terminologia simples e se aproxima, progressivamente, pela mediação do professor, do conhecimento gramatical produzido. Isso implica chegar a resultados diferentes da gramática tradicional, o que coloca *a necessidade de busca de apoio em outros materiais e fontes* (BRASIL - MEC/SEF, 1998, p. 29; ênfase adicionada).

Por essa colocação, entendemos que a proposta dos PCN é de que a prática didática se apoie nas contribuições dos estudos linguísticos e amplie a visão sobre a língua e a linguagem, através, principalmente, de uma atitude reflexivo-investigativa de professores e alunos. Nesse sentido os referenciais dissociam a *prática de análise linguística* da gramática tradicional, pois, uma vez que tomam o texto como unidade de ensino, além dos aspectos fono-ortográficos e morfossintáticos a serem considerados, tal prática considera também os aspectos semânticos, pragmáticos, textuais e discursivos que o texto em determinado gênero discursivo/textual apresenta. Conforme os PCN:

Os conteúdos do eixo da REFLEXÃO, desenvolvidos sobre o eixo do USO (...) são estes: 1. variação linguística: modalidades, variedades, registros; 2. organização estrutural dos enunciados; 3. léxico e redes semânticas; 4. processos de construção de significação; 5. modos de organização dos discursos (BRASIL - MEC/SEF, 1998, p. 36).

Esses conteúdos gerais são discretizados na segunda parte dos PCN, direcionada para definir o que desenvolver no eixo do uso e no eixo da reflexão. Reproduzimos, aqui, os tópicos a serem desenvolvidos na *prática de análise linguística*, que vêm expostos com maiores explicações e alguns exemplos nas páginas 59 a 63 dos PCN:

Tabela 1 - Discretização parcial dos conteúdos para a *prática de análise linguística*

Prática de análise linguística

- Reconhecimento das características dos diferentes gêneros de texto, quanto ao conteúdo temático, construção composicional e ao estilo. (p. 59)
- Observação da língua em uso de maneira a dar conta da variação intrínseca ao processo linguístico. (p. 60)
- Comparação dos fenômenos linguísticos observados na fala e na escrita das diferentes variedades. (p. 60)
- Realização de operações sintáticas que permitam analisar as implicações discursivas decorrentes de possíveis relações estabelecidas entre forma e sentido. (p. 61)
- Ampliação do repertório lexical pelo ensino-aprendizagem de novas palavras. (p. 62)
- Descrição de fenômenos linguísticos com os quais os alunos tenham operado, por meio de agrupamento, aplicação de modelos, comparações e análise das formas linguísticas, de modo a inventariar elementos de uma mesma classe de fenômenos e construir paradigmas contrastivos em diferentes modalidades da fala e da escrita. (p. 63)
- Utilização da intuição sobre unidades linguísticas (períodos, sentenças, sintagmas) como parte das estratégias de solução de problemas de pontuação. (p. 63)
- Utilização das regularidades observadas em paradigmas morfológicos como parte das estratégias de solução de problemas de ortografia e acentuação gráfica. (p. 63)

Fonte: BRASIL - MEC/SEF, 1998. Através da terminologia empregada e dos procedimentos propostos, é possível concluir que o que os PCN definem para o eixo da reflexão são conhecimentos baseados nos modelos funcional e enunciativo de análise e reflexão sobre a língua e a linguagem. Conforme o próprio documento afirma:

Durante os últimos anos, a crítica ao ensino de Língua Portuguesa centrado em tópicos de gramática escolar e as alternativas teóricas apresentadas pelos estudos linguísticos, *principalmente no que se refere à consciência dos fenômenos enunciativos e à análise tipológica dos textos, permitiram uma visão muito mais funcional da língua*, o que provocou alterações nas práticas escolares, representando, em alguns casos, o abandono do tratamento dos aspectos gramaticais e da reflexão sistemática sobre os aspectos

discursivos do funcionamento da linguagem (MEC/ SEF, 1998, p. 78; ênfase adicionada).

3. O PNLD: histórico, procedimentos, critérios e objetivos

Conforme Rojo (2006, p. 2), no relatório final da pesquisa *O livro didático de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental: Produção, perfil e circulação*, Grupo de Pesquisa do Diretório do CNPq:

O **Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)** tem por objetivos básicos a aquisição e a distribuição, universal e gratuita, de livros didáticos para os alunos das escolas públicas do Ensino Fundamental brasileiro. É iniciativa do Ministério da Educação (MEC), por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal vinculada ao MEC e responsável pela arrecadação dos recursos do salário educação, para serem aplicados em programas sociais, voltados para o desenvolvimento do Ensino Fundamental. A fim de assegurar a qualidade dos livros a serem adquiridos, o Programa desenvolve um processo de avaliação pedagógica das obras nele inscritas, executado pela Secretaria da Educação Fundamental (SEF) do Ministério da Educação.

Batista (2003), num estudo que resgata o histórico do Programa, afirma que o PNLD é instituído em 1985, na sequência de políticas públicas para aquisição e distribuição de livros didáticos em vigor no Brasil desde 1938.

Nessa fase inicial, os livros didáticos não passavam pelo processo de avaliação pedagógica, o que ocorria era: a adoção de livros reutilizáveis (exceto para a primeira série), a escolha feita pelos professores e a aquisição e distribuição gratuita às escolas públicas, procedimentos que, segundo o autor, fixaram parte das características atuais do PNLD.

A partir de 1996, soma-se a esses procedimentos, a avaliação pedagógica, contínua e sistemática, dos livros a serem adquiridos e distribuídos aos alunos do Ensino Fundamental. O que contribuiu para isso, de acordo com Batista (2003), foram os estudos sobre a produção didática brasileira que vinham se desenvolvendo desde a década de 1960, denunciando a desatualização, o caráter ideológico e discriminatório, as incorreções conceituais e as deficiências metodológicas de obras referentes a todas as disciplinas escolares, e também a preocupação com o investimento financeiro envolvendo recursos públicos para a compra dos livros didáticos, tidos como "o principal impresso utilizado por professores e alunos" (BATISTA, 2003, p. 28), contribuindo para a definição do currículo, da metodologia de ensino, do cotidiano da sala de aula e sendo um dos principais meios para os letramentos das camadas populares do Brasil (ROJO & BATISTA, 2003).

Para a avaliação pedagógica, foram constituídas comissões formadas por professores com experiência nos três níveis de ensino, coordenadas pela Secretaria de Educação Fundamental/ Secretaria da Educação Básica (SEF/SEB), com as funções de estabelecer critérios específicos para analisar cada área de conhecimento e de definir critérios comuns de análise. Estes últimos estabelecem que os livros didáticos, independentemente da disciplina escolar a que se destinam, devem: i) apresentar adequadamente as orientações didáticas; ii) ter uma qualidade gráfica e editorial adequada ao manuseio e à leitura; iii) apresentar um Manual do Professor com orientações e definições coerentes com o que é desenvolvido ao longo do volume e que contribua para a atualização docente. Além disso, são definidos como critérios eliminatórios de qualquer livro didático: i) a apresentação de erros conceituais graves ou de informações que induzam ao erro; ii) a veiculação de preconceitos de raça, cor, sexo ou qualquer outra forma de discriminação.

No PNLD/1999, pela primeira vez foram avaliados livros destinados ao Ensino Fundamental II (5ª a 8ª séries) e aos critérios eliminatórios foram acrescentadas a *incorreção* e a *incoerência* metodológicas, indicando, conforme Batista (2003, p. 34), que uma abordagem metodológica eficiente deveria favorecer "apropriadamente o desenvolvimento de competências cognitivas básicas (como a compreensão, a memorização, a análise, a síntese, a formulação de hipóteses e o planejamento)".

Para a condução do processo e a elaboração ou revisão dos critérios de avaliação dos LDP, a cada edição do Programa é formada uma equipe contando com acadêmicos e educadores em seu corpo de especialistas, distribuídos nas funções de:

- Comissão técnica: membro ligado à SEB/MEC, que supervisiona e orienta, do ponto de vista do Ministério, as ações da Universidade que sedia o processo de avaliação.
- Coordenação geral: membro ligado à universidade sede, no caso de Língua Portuguesa, o CEALE/FAE/UFMG - Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, que coordena a ação avaliadora de um conjunto de equipes regionais de avaliadores.
- Coordenação regional: membros relacionados às universidades públicas que participam do processo e que têm a função de coordenar as ações dos avaliadores.
- Avaliadores ou pareceristas: membros que avaliam as coleções didáticas inscritas a cada edição do Programa.
- Revisores: membros que têm a função de revisar o produto final gerado no processo de avaliação, adequando-o para compor o *Guia de Livros Didáticos*.

O processo de avaliação dos LDP é descrito por Rojo (2003), na análise que a autora faz do PNLD/2002. Os procedimentos se mantiveram nas edições posteriores do Programa (PNLD/ 2005 e PNLD/2008) e consistem nas seguintes etapas: cada coleção inscrita é analisada por dois avaliadores,

que preenchem a "ficha de avaliação" por volume e por coleção. Em seguida, essa dupla avaliação é analisada por coordenadores do Programa, que consideram as divergências e semelhanças entre as análises e geram a "ficha consolidada", um documento resultado do confronto entre três análises distintas (dois avaliadores e um coordenador) e que pretende apresentar uma justa caracterização de cada coleção, bem como uma menção sobre as mesmas: *EX* (excluída); *RR* (recomendada com ressalvas); *Rec* (recomendada); *RD* (recomendada com distinção).

Quando os resultados da "ficha consolidada" indicam uma menção de exclusão (*EX*), é enviado um parecer técnico à editora responsável pela coleção, no qual constam os itens avaliados, as justificativas da avaliação e as considerações sobre o que a coleção realizou de modo inadequado ou deixou de realizar. Já nos casos em que as coleções recebem as menções *RR*, *REC* ou *RD*, são elaboradas resenhas que descrevem as obras didáticas, compondo o *Guia de Livros Didáticos* e orientando a escolha docente para o trabalho durante três anos letivos.

A "ficha de avaliação" e a "ficha consolidada" são documentos que organizam a avaliação a partir dos itens a serem avaliados de modo quantitativo e das considerações a serem feitas de modo qualitativo. Cada item é avaliado a partir de rubricas binárias (*SIM/NÃO*; *ZERO/UM*), sendo que *SIM* ou *UM* correspondem a uma avaliação positiva e *NÃO* ou *ZERO*, a uma avaliação negativa.

4. PNLD e a avaliação dos *conhecimentos linguísticos*

A avaliação do PNLD/2008, que é a mais recente, considerou a menção a ser dada às obras e três componentes gerais, que se dividem em sub-componentes e reúnem os aspectos relacionados à área de Língua Portuguesa:

1. Conhecimentos, capacidades e atitudes relacionados a: leitura de textos escritos, produção de textos escritos, compreensão e produção de textos orais, conhecimentos linguísticos e contribuição para uma ética plural e democrática.
2. Abordagem teórico-metodológica desenvolvida: no Manual do Professor, na proposta pedagógica efetivada no Livro do Aluno, nas atividades didáticas e nas atividades de avaliação.
3. Projeto gráfico-editorial
4. Menção aos volumes e à coleção: *EX*, *RR*, *REC*, *RD*.

São 110 rubricas divididas na análise dos componentes e sub-componentes acima mencionados. Após cada bloco de critérios avaliados, o avaliador deve justificar textualmente sua avaliação. Os textos gerados dessas justificativas têm a função de orientar a análise detalhada dos volumes e da coleção, além de servir como base para a elaboração da resenha ou do parecer técnico.

De acordo com o *Edital de convocação - área de Língua Portuguesa - PNLD/2008* e o *Guia de Livros Didáticos PNLD 2008: Língua Portuguesa*, os critérios relacionados às atividades de ensino da gramática são definidos como *Conhecimentos linguísticos* e representam 10% do valor total da avaliação, pois as práticas de uso da linguagem (leitura, escrita, oralidade) são prioritárias, por isso têm maior peso. Conforme o *Edital*:

As três preocupações centrais do ensino de língua materna, em todos os ciclos do Ensino Fundamental, devem ser:

- a) o *processo de apropriação da linguagem escrita* pelo aluno, assim como das formas públicas da *linguagem oral* - o mais complexo e variado possível;
- b) o *desenvolvimento da proficiência na norma culta*, especialmente na modalidade escrita, mas também nas situações orais públicas em que seu uso é socialmente requerido;
- c) a prática da análise e reflexão sobre a língua, na medida em que se fizer necessária ao desenvolvimento da proficiência oral e escrita, em compreensão e produção de textos.

Portanto, as atividades de leitura, produção de texto e exercício da oralidade, em *situações reais de uso*, devem ser prioritárias no ensino-aprendizagem também destes ciclos e, por decorrência, na proposta dos livros didáticos a eles relacionados (p. 51, ênfases dadas pelo próprio documento).

Como se vê, a sugestão didático-pedagógica do PNLD é coerente com o que propõem os PCN: partir das situações de uso da língua, para a análise e a reflexão linguística, conforme as necessidades das atividades de leitura, produção de texto e oralidade. As coleções didáticas que trazem o texto como pretexto para o ensino de gramática, a ser feito de forma transmissiva, desarticulada e descontextualizada, são avaliadas negativamente, o que indica que a perspectiva tradicional é refutada pelo Programa, o que, entretanto, por si só não constitui fator para exclusão de coleções.

A ênfase na necessidade de articular os conhecimentos linguístico-gramaticais aos usos da linguagem não é algo novo nas discussões sobre o ensino de Língua Portuguesa. No atual contexto sócio-histórico, a expectativa do PNLD é a de que o ensino de gramática esteja articulado às práticas sociais de linguagem, por isso o Programa, ao longo das edições, tem definido que um LDP de qualidade é aquele que organiza o ensino de língua materna a partir das noções de texto e gênero/tipo e apresenta as definições e atividades de acordo com as necessidades e possibilidades de aprendizagem dos alunos, conforme também sugerem os PCN. Com base nas considerações de Bunzen (2004), entendemos que a sugestão dos referenciais desestabiliza as práticas tradicionais, pois permite uma abordagem didática pautada no diálogo, na intertextualidade e na reflexão.

Portanto, a expectativa do PNLD, incidindo sobre critérios desse tipo, é para a renovação das práticas de ensino.

Nesse sentido, os *conhecimentos linguísticos* têm sido considerados pelas comissões de avaliação como um eixo de ensino que engloba aspectos e níveis linguísticos abordados na gramática tradicional, tais como a fonética, a fonologia, a morfologia, a sintaxe, mas também, e principalmente, discussões dos estudos da linguagem, como a variação linguística, os aspectos semânticos, pragmáticos, textuais e discursivos, além das considerações sobre léxico (vocabulário), ortografia e pontuação. A própria escolha terminológica - *conhecimentos linguísticos* - indica essa concepção mais ampla, que extrapola o que tradicionalmente foi agrupado em torno da disciplina gramática (fonética, fonologia, morfologia e sintaxe) ao considerar as noções de texto e discurso, conforme propõem as correntes funcional e enunciativa dos estudos linguísticos.

A análise que fizemos da evolução dos critérios de avaliação dos conhecimentos linguísticos (PNLD/1999; PNLD/ 2002; PNLD/2005 e PNLD/2008) mostra-nos que as três primeiras edições privilegiaram os procedimentos metodológicos sugeridos pelos PCN para a prática de análise linguística: USO→ REFLEXÃO→ USO, indo das reflexões epilinguísticas para as metalinguísticas. Já o PNLD/ 2008 privilegiou avaliar como os conteúdos discretizados pelos PCN são abordados pelos livros didáticos.

O anexo I deste texto reproduz as fichas de avaliação dos conhecimentos linguísticos, o que permite uma visão geral sobre como vêm se dando tais mudanças. Em nossa dissertação de mestrado (MANINI, 2009), há uma análise detalhada das fichas.

5. Considerações finais

Pode-se concluir que as propostas dos PCN para a *prática de análise linguística* têm sido incorporadas pelo PNLD na avaliação dos *conhecimentos linguísticos*, com a redefinição dos critérios de avaliação a cada edição do Programa, de modo a se adequarem, com mais detalhes, ao que os referenciais sugerem.

Além disso, entendemos também que tanto o termo *prática de análise linguística*, cunhado por Geraldí (1984) e utilizado pelos PCN, como o termo *conhecimentos linguísticos*, cunhado pelo PNLD, referem-se às atividades que englobam tanto aspectos da gramática tradicional ou "objetos de ensino fixos", quanto "objetos de ensino fluidos" - coesão, coerência, intertextualidade, polissemia, entre outros - (BUNZEN, 2008, no prelo), decorrentes dos estudos linguísticos que tomam como base o texto e o discurso para a elaboração de conceitos e definições. Nesse sentido, a concepção de linguagem é mais ampla, considerando elementos da gramática tradicional, mas também dos estudos linguísticos, sobretudo as considerações das correntes funcional e enunciativa de análise linguística.

Por isso, tanto os PCN quanto o PNLD definem, respectivamente, a *prática de análise linguística* e os *conhecimentos linguísticos* como um eixo de reflexão sobre a língua e a linguagem, não cabendo, portanto, falar apenas em *gramática* para um enfoque que engloba conhecimentos gramaticais

(fonética, fonologia, morfologia, sintaxe), conhecimentos ortográficos, além dos conhecimentos sociolinguísticos, textuais e discursivos. Assim sendo, é possível dizer que deve ser feita a separação entre a visão tradicional de *ensino de gramática* e a *prática de análise linguística* ou os *conhecimentos linguísticos*, nos mesmos moldes em que na década de 1980 se fez entre redação e produção de texto.

6. BIBLIOGRAFIA

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. A avaliação dos livros didáticos: para entender o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). In: A. A. G. Batista & R. H. R. Rojo (orgs.). *Livro didático de Língua Portuguesa, letramento e cultura escrita*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003, pp. 25-67.

BRASIL (1998). *Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL (1998). *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BUNZEN, Clécio. O ensino de "gêneros" em três tradições: implicações para o ensino-aprendizagem de língua materna. In: André Covre et al. *Quimera e a peculiar atividade de formalizar a mistura do nosso café com o revigorante chá de Bakhtin*. São Carlos: Publicação GECE, 2004, mimeo.

BUNZEN, Clécio. Formas de avaliação e de re(a)presentação dos conhecimentos linguísticos nos livros didáticos de português. 2008, no prelo.

MANINI, Daniela. *A gramática e os conhecimentos linguísticos em livros didáticos de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental II (5ª a 8ª séries)*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas/ SP, 2009.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues. *O livro didático de língua portuguesa no ensino fundamental: produção, perfil e circulação*. Relatório final da pesquisa CNPq, acessado em 02/04/06, no site: <http://homepage.mac.com/rrojo/LDP-Profile/2006>.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues & BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Cultura da escrita e livro escolar: propostas para o letramento das camadas populares no Brasil. In: R. H. R. Rojo & A. A. G. Batista (orgs.). *Livro didático de Língua Portuguesa, letramento e cultura da escrita*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003, pp. 7-24.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues. O perfil do livro didático de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries). In: R. H. R. ROJO & A. A. G. BATISTA (orgs.). *Livro didático de Língua portuguesa, letramento e cultura da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 2003, pp. 69-99.

[1] Conforme o documento: "os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela" (*Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais*, BRASIL - MEC/SEF, 1998, p. 57).

[2] Em nota de rodapé, há a seguinte afirmação: "Essa organização articula propostas de João Wanderley Geraldi para o ensino de Língua Portuguesa, apresentadas em 'Unidades básicas para o ensino de Português' (in *O texto na sala de aula*) e em 'Construção de um novo modo de ensinar/aprender a Língua Portuguesa' (in *Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação*)" (BRASIL - MEC/SEF, 1998, p. 35).

Quadro 1 – Critérios de avaliação – Conhecimentos lingüísticos – PNLD/1999

4. CONHECIMENTOS LINGÜÍSTICOS
- correção dos conceitos e definições;
- consideração da variedade dialetal (do aluno);
- orientação para uso;
- orientação para reflexão;
- orientação para sistematização;
- articulação;
• entre os conteúdos da área,
• no livro,
• na coleção.
- progressão.
- adequação à competência lingüística do aluno;
- contribuição para o desenvolvimento das habilidades de:
• sensibilização/observação,
• reflexão,
• generalização,
• aplicação.
- graus de complexificação;
- formulação clara e precisa;
- variedade.

Quadro 2 – Critérios de avaliação – Conhecimentos lingüísticos - PNLD/2002

O TRABALHO SOBRE OS CONHECIMENTOS LINGÜÍSTICOS
66. Está voltado para o desenvolvimento de habilidades de uso da língua?
67. Propõe atividades de exploração:
a) epilingüística
b) metalingüística
68. Privilegia a <i>transmissão</i> de conteúdos gramaticais?
69. Privilegia a <i>reflexão</i> sobre os usos da língua?
Conteúdos
70. Correção dos conceitos e definições
71. Consideração da variação lingüística
72. Orientação para a reflexão
73. Orientação para a transmissão de conceitos
74. Orientação para sistematização
75. Exploração de conhecimentos:
a) fono-ortográficos
b) morfológicos
c) sintáticos
d) semânticos
e) pragmáticos/discursivos
f) textuais
76. Articulação entre os conteúdos gramaticais:
a) no livro
b) na coleção
77. Pertinência e adequação dos conteúdos selecionados

Atividades
79. Adequação à competência lingüística do aluno
80. Contribuição para o desenvolvimento das habilidades de:
a) memorização
b) análise
c) generalização
d) sensibilização/observação
e) aplicação
81. Progressão nas atividades
82. Formulação clara e precisa
83. Variedade na formulação das atividades

Quadro 3 – Critérios de avaliação – Conhecimentos lingüísticos - PNLD/2005

O TRABALHO SOBRE OS CONHECIMENTOS LINGÜÍSTICOS
--

Enfoque teórico-metodológico

- 79. Favorecimento do desenvolvimento de habilidades de uso da língua
- 80. Favorecimento da *reflexão* sobre os usos da língua (atividades epilingüísticas)
- 81. Criação de oportunidades, para o aluno, de *reflexão* metalingüística
- 82. Contribuição para o desenvolvimento das habilidades de observação e
- 83. de análise (comparação, estabelecimento de relações, contraste etc.)
- 84. generalização (estabelecimento de regras gerais de funcionamento de fenômeno lingüístico; conclusões gerais estabelecidas após observação e análise)
- 85. de memorização
- 86. de aplicação
- 87. Favorecimento da sistematização pelo aluno dos conhecimentos construídos

Conteúdos

- 89. Exploração de conhecimentos fono-ortográficos e
- 90. morfossintáticos
- 91. semânticos
- 92. textuais
- 93. discursivos
- 94. Consideração da variação lingüística
- 95. Pertinência e adequação dos conteúdos selecionados
- 96. Correção dos conceitos e definições

Quadro 4 – Critérios de avaliação – Conhecimentos lingüísticos - PNLD/2008

1.4 Conhecimentos lingüísticos
Quanto ao trabalho com a gramática e a metalinguagem:
56. Há descrição do sistema lingüístico?
57. Há prescrição de regras a serem seguidas em determinadas instâncias socialmente privilegiadas de uso da língua?
58. Há economia de conceitos e definições, isto é, evita-se o excesso de detalhamento das categorias e subcategorias? (a gramática é apresentada segundo sua funcionalidade e relevância como instrumental de estudo da língua?)
59. A metalinguagem é apresentada como um recurso que contribui para a compreensão do fato lingüístico estudado (e não como um fim em si mesma)?
Quanto ao trabalho com variação lingüística:
60. A variação lingüística é vista como constitutiva da natureza das línguas humanas?
61. As noções de “certo” e “errado” são relativizadas, tomando-se como referência um padrão de linguagem sócio-historicamente constituído?
62. As formas lingüísticas estudadas correspondem à realidade do português brasileiro contemporâneo, falado e escrito?
63. A coleção vai além das variantes prosódicas (“sotaque”) e lexicais (“aipim”, “mandioca”, “macaxeira”)?
Quanto à relação fala/escrita:
64. Abordam-se as diferenças e semelhanças entre fala e escrita?
65. Evita-se a supervalorização da escrita e a desvalorização da linguagem falada (evita-se tratar a linguagem falada como o lugar do erro)?
Quanto às convenções da escrita:
66. Há exploração dos conhecimentos fono-ortográficos?
67. Há exploração dos conhecimentos relativos a marcas convencionais de segmentação do texto escrito (pontuação, paragrafação etc.)?
Quanto ao texto e ao discurso, a coleção explora conhecimentos lingüísticos
68. constitutivos da forma composicional dos gêneros e tipos textuais?
69. caracterizadores do estilo dos gêneros e tipos textuais?
70. responsáveis por efeitos poéticos, estéticos e literários (figuras de linguagem, rimas, jogos de palavras, etc.)?
71. constitutivos de processos de construção de efeitos de sentido (ironia, humor, discurso relatado, ancoragem, modalização)?
72. constitutivos dos processos coesivos (conexão, coesão nominal, coesão verbal e outros)?
Quanto a vocabulário e léxico, a coleção
73. aborda a palavra como objeto de reflexão, trabalhando noções como onomatopéia, polissemia, campo semântico, diferentes tipos de relações entre palavras (quanto à forma e ao conteúdo)?
74. trabalha os conhecimentos léxico-semânticos considerando as relações contextuais e discursivas?
75. No trabalho com os conhecimentos lingüísticos, a coleção mobiliza e/ou explicita corretamente os conceitos?

PCN e PNLD: Parametrização do ensino de gramática

Daniela Manini – dmanini@uol.com.br

Este trabalho discorre sobre as propostas para o ensino de gramática dadas por documentos oficiais de ensino – os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (doravante, PCN) e o Programa Nacional do Livro Didático (doravante, PNLD) – e faz parte de um trabalho geral de pesquisa que analisou o modo como alguns dos atuais livros didáticos de Português desenvolvem o ensino de gramática.

1. Parâmetros Curriculares Nacionais no ensino brasileiro – explicações gerais

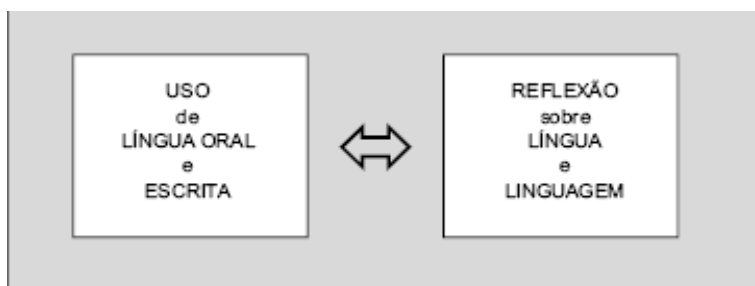
A *Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais* (BRASIL - MEC/SEF, 1998) esclarece que a elaboração de referenciais para o ensino de todas as disciplinas da Educação Básica é resultado do Plano Decenal de Educação, aprovado pela Constituição Federal de 1988, e da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sancionada em 20/12/1996. Ambos os documentos destacam a necessidade de a União, junto aos estados e municípios, estabelecer diretrizes que assegurem, através de conteúdos/procedimentos mínimos exigidos por cada disciplina escolar, uma formação básica comum aos alunos em todo o país. Os Parâmetros Curriculares Nacionais surgem, então, como referenciais para dialogar com propostas curriculares estaduais e municipais, bem como com os projetos pedagógicos das escolas, a fim de garantir essa formação comum em território nacional e também assegurar o respeito às diversidades do país¹.

A ênfase do documento, com base na nova LDB, é no desenvolvimento da capacidade de “aprender a aprender”, o que significa uma formação reflexiva, na medida em que valoriza a atitude investigativa em todas as disciplinas escolares. Conforme o documento, isso será possível a partir do domínio da leitura, da escrita e do raciocínio lógico-matemático, habilidades determinantes para a formação de “cidadãos”. Reiteradas vezes o documento afirma que é papel da escola “promover a educação para a cidadania”.

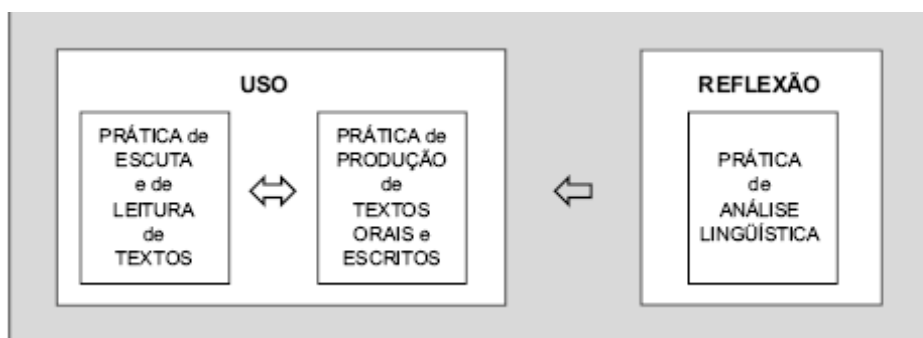
¹ Conforme o documento: “os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela” (*Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais*, BRASIL - MEC/SEF, 1998, p. 57).

2. Os PCN e a *prática de análise linguística*

Os PCN definem as “práticas sociais de linguagem” como sendo o objeto de conhecimento a ser trabalhado pela disciplina Língua Portuguesa, por isso estabelecem “o texto como unidade e o gênero como objeto de ensino” para a organização das atividades didáticas. Neste sentido, e declaradamente com base na metodologia sugerida por Geraldi (1984; 1996)², propõem que o ensino de Língua Portuguesa se organize em torno de dois eixos básicos: o *eixo do uso* e o *eixo da reflexão*, diagramados da seguinte maneira:



No eixo do uso estão as práticas de leitura, escrita, fala e escuta de textos. No eixo da reflexão, está a *prática de análise linguística*, conforme representa o diagrama a seguir:



Fonte: BRASIL - MEC/SEF, 1998, p. 35.

O procedimento para a *prática de análise linguística* sugerido pelos PCN é o mesmo proposto por Franchi (1988) e Geraldi (1991) para o ensino de gramática, numa concepção distinta da tradicional: partir das atividades *linguísticas*, que consistem no

² Em nota de rodapé, há a seguinte afirmação: “Essa organização articula propostas de João Wanderley Geraldi para o ensino de Língua Portuguesa, apresentadas em ‘Unidades básicas para o ensino de Português’ (in *O texto na sala de aula*) e em ‘Construção de um novo modo de ensinar/aprender a Língua Portuguesa’ (in *Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação*)” (BRASIL - MEC/SEF, 1998, p. 35).

desenvolvimento do conhecimento intuitivo que todo falante tem sobre a língua; ir para as atividades *epilinguísticas*, que consistem numa atitude reflexiva sobre a organização e o funcionamento da língua e da linguagem, sem a preocupação de definir conceitos; e, por fim, para as atividades *metalinguísticas*, ou seja, a explicitação de uma teoria gramatical.

Do mesmo modo que Franchi (1988) e Geraldi (1991), os PCN afirmam que a referência para o ensino não pode ser a gramática tradicional, pois a metodologia não deve reproduzir o clássico percurso de definição, classificação e exercitação, centrado na análise de unidades menores como fonemas, palavras e frases. As atividades do eixo da reflexão caracterizam-se por ser:

Uma prática que parte da reflexão produzida pelos alunos mediante a utilização de uma terminologia simples e se aproxima, progressivamente, pela mediação do professor, do conhecimento gramatical produzido. Isso implica chegar a resultados diferentes da gramática tradicional, o que coloca *a necessidade de busca de apoio em outros materiais e fontes* (BRASIL - MEC/SEF, 1998, p. 29; ênfase adicionada).

Por essa colocação, entendemos que a proposta dos PCN é de que a prática didática se apoie nas contribuições dos estudos linguísticos e amplie a visão sobre a língua e a linguagem, através, principalmente, de uma atitude reflexivo-investigativa de professores e alunos. Nesse sentido os referenciais dissociam a *prática de análise linguística* da gramática tradicional, pois, uma vez que tomam o texto como unidade de ensino, além dos aspectos fono-ortográficos e morfossintáticos a serem considerados, tal prática considera também os aspectos semânticos, pragmáticos, textuais e discursivos que o texto em determinado gênero discursivo/textual apresenta. Conforme os PCN:

Os conteúdos do eixo da REFLEXÃO, desenvolvidos sobre o eixo do USO (...) são estes: 1. variação linguística: modalidades, variedades, registros; 2. organização estrutural dos enunciados; 3. léxico e redes semânticas; 4. processos de construção de significação; 5. modos de organização dos discursos (BRASIL - MEC/SEF, 1998, p. 36).

Esses conteúdos gerais são discretizados na segunda parte dos PCN, direcionada para definir o que desenvolver no eixo do uso e no eixo da reflexão. Reproduzimos,

aqui, os tópicos a serem desenvolvidos na *prática de análise linguística*, que vêm expostos com maiores explicações e alguns exemplos nas páginas 59 a 63 dos PCN:

Tabela 1 - Discretização parcial dos conteúdos para a *prática de análise linguística*

Prática de análise linguística
- Reconhecimento das características dos diferentes gêneros de texto, quanto ao conteúdo temático, construção composicional e ao estilo. (p. 59)
- Observação da língua em uso de maneira a dar conta da variação intrínseca ao processo linguístico. (p. 60)
- Comparação dos fenômenos linguísticos observados na fala e na escrita das diferentes variedades. (p. 60)
- Realização de operações sintáticas que permitam analisar as implicações discursivas decorrentes de possíveis relações estabelecidas entre forma e sentido. (p. 61)
- Ampliação do repertório lexical pelo ensino-aprendizagem de novas palavras. (p. 62)
- Descrição de fenômenos linguísticos com os quais os alunos tenham operado, por meio de agrupamento, aplicação de modelos, comparações e análise das formas linguísticas, de modo a inventariar elementos de uma mesma classe de fenômenos e construir paradigmas contrastivos em diferentes modalidades da fala e da escrita. (p. 63)
- Utilização da intuição sobre unidades linguísticas (períodos, sentenças, sintagmas) como parte das estratégias de solução de problemas de pontuação. (p. 63)
- Utilização das regularidades observadas em paradigmas morfológicos como parte das estratégias de solução de problemas de ortografia e acentuação gráfica. (p. 63)

Fonte: BRASIL - MEC/SEF, 1998.

Através da terminologia empregada e dos procedimentos propostos, é possível concluir que o que os PCN definem para o eixo da reflexão são conhecimentos baseados nos modelos funcional e enunciativo de análise e reflexão sobre a língua e a linguagem. Conforme o próprio documento afirma:

Durante os últimos anos, a crítica ao ensino de Língua Portuguesa centrado em tópicos de gramática escolar e as alternativas teóricas apresentadas pelos estudos linguísticos, *principalmente no que se refere à consciência dos fenômenos enunciativos e à análise tipológica dos textos, permitiram uma visão muito mais funcional da língua*, o que provocou alterações nas práticas escolares, representando, em alguns casos, o abandono do tratamento dos aspectos gramaticais e da reflexão sistemática sobre os aspectos discursivos do funcionamento da linguagem (MEC/ SEF, 1998, p. 78; ênfase adicionada).

3. O PNLD: histórico, procedimentos, critérios e objetivos

Conforme Rojo (2006, p. 2), no relatório final da pesquisa *O livro didático de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental: Produção, perfil e circulação*, Grupo de Pesquisa do Diretório do CNPq:

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem por objetivos básicos a aquisição e a distribuição, universal e gratuita, de livros didáticos para os alunos das escolas públicas do Ensino Fundamental brasileiro. É iniciativa do Ministério da Educação (MEC), por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal vinculada ao MEC e responsável pela arrecadação dos recursos do salário educação, para serem aplicados em programas sociais, voltados para o desenvolvimento do Ensino Fundamental. A fim de assegurar a qualidade dos livros a serem adquiridos, o Programa desenvolve um processo de avaliação pedagógica das obras nele inscritas, executado pela Secretaria da Educação Fundamental (SEF) do Ministério da Educação.

Batista (2003), num estudo que resgata o histórico do Programa, afirma que o PNLD é instituído em 1985, na sequência de políticas públicas para aquisição e distribuição de livros didáticos em vigor no Brasil desde 1938. Nessa fase inicial, os livros didáticos não passavam pelo processo de avaliação pedagógica, o que ocorria era: a adoção de livros reutilizáveis (exceto para a primeira série), a escolha feita pelos professores e a aquisição e distribuição gratuita às escolas públicas, procedimentos que, segundo o autor, fixaram parte das características atuais do PNLD.

A partir de 1996, soma-se a esses procedimentos a avaliação pedagógica, contínua e sistemática, dos livros a serem adquiridos e distribuídos aos alunos do Ensino Fundamental. O que contribuiu para isso, de acordo com Batista (2003), foram os estudos sobre a produção didática brasileira que vinham se desenvolvendo desde a década de 1960, denunciando a desatualização, o caráter ideológico e discriminatório, as incorreções conceituais e as deficiências metodológicas de obras referentes a todas as disciplinas escolares, e também a preocupação com o investimento financeiro envolvendo recursos públicos para a compra dos livros didáticos, tidos como “o principal impresso utilizado por professores e alunos” (BATISTA, 2003, p. 28), contribuindo para a definição do currículo, da metodologia de ensino, do cotidiano da sala de aula e sendo um dos principais meios para os letramentos das camadas populares do Brasil (ROJO & BATISTA, 2003).

Para a avaliação pedagógica, foram instituídas comissões formadas por professores com experiência nos três níveis de ensino, coordenadas pela Secretaria de Educação Fundamental/ Secretaria da Educação Básica (SEF/SEB), com as funções de estabelecer critérios específicos para analisar cada área de conhecimento e de definir critérios comuns de análise. Estes últimos estabelecem que os livros didáticos,

independentemente da disciplina escolar a que se destinam, devem: i) apresentar adequadamente as orientações didáticas; ii) ter uma qualidade gráfica e editorial adequada ao manuseio e à leitura; iii) apresentar um Manual do Professor com orientações e definições coerentes com o que é desenvolvido ao longo do volume e que contribua para a atualização docente. Além disso, são definidos como critérios eliminatórios de qualquer livro didático: i) a apresentação de erros conceituais graves ou de informações que induzam ao erro; ii) a veiculação de preconceitos de raça, cor, sexo ou qualquer outra forma de discriminação.

No PNLD/1999, pela primeira vez foram avaliados livros destinados ao Ensino Fundamental II (5ª a 8ª séries) e aos critérios eliminatórios foram acrescentadas a *incorreção* e a *incoerência* metodológicas, indicando, conforme Batista (2003, p. 34), que uma abordagem metodológica eficiente deveria favorecer “apropriadamente o desenvolvimento de competências cognitivas básicas (como a compreensão, a memorização, a análise, a síntese, a formulação de hipóteses e o planejamento)”.

Para a condução do processo e a elaboração ou revisão dos critérios de avaliação dos LDP, a cada edição do Programa é formada uma equipe contando com acadêmicos e educadores em seu corpo de especialistas, distribuídos nas funções de:

- **Comissão técnica:** membro ligado à SEB/MEC, que supervisiona e orienta, do ponto de vista do Ministério, as ações da Universidade que sedia o processo de avaliação.
- **Coordenação geral:** membro ligado à universidade sede, no caso de Língua Portuguesa, o CEALE/FAE/UFMG – Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, que coordena a ação avaliadora de um conjunto de equipes regionais de avaliadores.
- **Coordenação regional:** membros relacionados às universidades públicas que participam do processo e que têm a função de coordenar as ações dos avaliadores.
- **Avaliadores ou pareceristas:** membros que avaliam as coleções didáticas inscritas a cada edição do Programa.
- **Revisores:** membros que têm a função de revisar o produto final gerado no processo de avaliação, adequando-o para compor o *Guia de Livros Didáticos*.

O processo de avaliação dos LDP é descrito por Rojo (2003), na análise que a autora faz do PNLD/2002. Os procedimentos se mantiveram nas edições posteriores do

Programa (PNLD/ 2005 e PNLD/2008) e consistem nas seguintes etapas: cada coleção inscrita é analisada por dois avaliadores, que preenchem a “ficha de avaliação” por volume e por coleção. Em seguida, essa dupla avaliação é analisada por coordenadores do Programa, que consideram as divergências e semelhanças entre as análises e geram a “ficha consolidada”, um documento resultado do confronto entre três análises distintas (dois avaliadores e um coordenador) e que pretende apresentar uma justa caracterização de cada coleção, bem como uma menção sobre as mesmas: *EX* (excluída); *RR* (recomendada com ressalvas); *Rec* (recomendada); *RD* (recomendada com distinção).

Quando os resultados da “ficha consolidada” indicam uma menção de exclusão (*EX*), é enviado um parecer técnico à editora responsável pela coleção, no qual constam os itens avaliados, as justificativas da avaliação e as considerações sobre o que a coleção realizou de modo inadequado ou deixou de realizar. Já nos casos em que as coleções recebem as menções *RR*, *REC* ou *RD*, são elaboradas resenhas que descrevem as obras didáticas, compondo o *Guia de Livros Didáticos* e orientando a escolha docente para o trabalho durante três anos letivos.

A “ficha de avaliação” e a “ficha consolidada” são documentos que organizam a avaliação a partir dos itens a serem avaliados de modo quantitativo e das considerações a serem feitas de modo qualitativo. Cada item é avaliado a partir de rubricas binárias (SIM/NÃO; ZERO/UM), sendo que SIM ou UM correspondem a uma avaliação positiva e NÃO ou ZERO, a uma avaliação negativa.

4. PNLD e a avaliação dos conhecimentos linguísticos

A avaliação do PNLD/2008, que é a mais recente, considerou a menção a ser dada às obras e três componentes gerais, que se dividem em sub-componentes e reúnem os aspectos relacionados à área de Língua Portuguesa:

1. **Conhecimentos, capacidades e atitudes** relacionados a: leitura de textos escritos, produção de textos escritos, compreensão e produção de textos orais, conhecimentos linguísticos e contribuição para uma ética plural e democrática.
2. **Abordagem teórico-metodológica** desenvolvida: no Manual do Professor, na proposta pedagógica efetivada no Livro do Aluno, nas atividades didáticas e nas atividades de avaliação.
3. **Projeto gráfico-editorial**
4. **Menção** aos volumes e à coleção: *EX*, *RR*, *REC*, *RD*.

São 110 rubricas divididas na análise dos componentes e sub-componentes acima mencionados. Após cada bloco de critérios avaliados, o avaliador deve justificar textualmente sua avaliação. Os textos gerados dessas justificativas têm a função de orientar a análise detalhada dos volumes e da coleção, além de servir como base para a elaboração da resenha ou do parecer técnico.

De acordo com o *Edital de convocação – área de Língua Portuguesa - PNLD/2008* e o *Guia de Livros Didáticos PNLD 2008: Língua Portuguesa*, os critérios relacionados às atividades de ensino da gramática são definidos como *Conhecimentos linguísticos* e representam 10% do valor total da avaliação, pois as práticas de uso da linguagem (leitura, escrita, oralidade) são prioritárias, por isso têm maior peso. Conforme o *Edital*:

As três preocupações centrais do ensino de língua materna, em todos os ciclos do Ensino Fundamental, devem ser:

- a) o *processo de apropriação da linguagem escrita* pelo aluno, assim como das formas públicas da *linguagem oral* – o mais complexo e variado possível;
- b) o *desenvolvimento da proficiência na norma culta*, especialmente na modalidade escrita, mas também nas situações orais públicas em que seu uso é socialmente requerido;
- c) a prática da análise e reflexão sobre a língua, na medida em que se fizer necessária ao desenvolvimento da proficiência oral e escrita, em compreensão e produção de textos.

Portanto, as atividades de leitura, produção de texto e exercício da oralidade, em *situações reais de uso*, devem ser prioritárias no ensino-aprendizagem também destes ciclos e, por decorrência, na proposta dos livros didáticos a eles relacionados (p. 51, ênfases dadas pelo próprio documento).

Como se vê, a sugestão didático-pedagógica do PNLD é coerente com o que propõem os PCN: partir das situações de uso da língua, para a análise e a reflexão linguística, conforme as necessidades das atividades de leitura, produção de texto e oralidade. As coleções didáticas que trazem o texto como pretexto para o ensino de gramática, a ser feito de forma transmissiva, desarticulada e descontextualizada, são avaliadas negativamente, o que indica que a perspectiva tradicional é refutada pelo Programa, o que, entretanto, por si só não constitui fator para exclusão de coleções.

A ênfase na necessidade de articular os conhecimentos linguístico-gramaticais aos usos da linguagem não é algo novo nas discussões sobre o ensino de Língua Portuguesa. No atual contexto sócio-histórico, a expectativa do PNLD é a de que o ensino de gramática esteja articulado às práticas sociais de linguagem, por isso o

Programa, ao longo das edições, tem definido que um LDP de qualidade é aquele que organiza o ensino de língua materna a partir das noções de texto e gênero/tipo e apresenta as definições e atividades de acordo com as necessidades e possibilidades de aprendizagem dos alunos, conforme também sugerem os PCN. Com base nas considerações de Bunzen (2004), entendemos que a sugestão dos referenciais desestabiliza as práticas tradicionais, pois permite uma abordagem didática pautada no diálogo, na intertextualidade e na reflexão. Portanto, a expectativa do PNLD, incidindo sobre critérios desse tipo, é para a renovação das práticas de ensino.

Nesse sentido, os *conhecimentos linguísticos* têm sido considerados pelas comissões de avaliação como um eixo de ensino que engloba aspectos e níveis linguísticos abordados na gramática tradicional, tais como a fonética, a fonologia, a morfologia, a sintaxe, mas também, e principalmente, discussões dos estudos da linguagem, como a variação linguística, os aspectos semânticos, pragmáticos, textuais e discursivos, além das considerações sobre léxico (vocabulário), ortografia e pontuação. A própria escolha terminológica – *conhecimentos linguísticos* – indica essa concepção mais ampla, que extrapola o que tradicionalmente foi agrupado em todo da disciplina gramática (fonética, fonologia, morfologia e sintaxe) ao considerar as noções de texto e discurso, conforme propõem as correntes funcional e enunciativa dos estudos linguísticos.

A análise que fizemos da evolução dos critérios de avaliação dos conhecimentos linguísticos (PNLD/1999; PNLD/ 2002; PNLD/2005 e PNLD/2008) mostra-nos que as três primeiras edições privilegiaram os procedimentos metodológicos sugeridos pelos PCN para a prática de análise linguística: USO→ REFLEXÃO→ USO, indo das reflexões epilinguísticas para as metalinguísticas. Já o PNLD/ 2008 privilegiou avaliar como os conteúdos discretizados pelos PCN são abordados pelos livros didáticos.

O anexo I deste texto reproduz as fichas de avaliação dos conhecimentos linguísticos, o que permite uma visão geral sobre como vêm se dando tais mudanças. Em nossa dissertação de mestrado (MANINI, 2009), há uma análise detalhada das fichas.

5. Considerações finais

Pode-se concluir que as propostas dos PCN para a *prática de análise linguística* têm sido incorporadas pelo PNLD na avaliação dos *conhecimentos linguísticos*, com a

redefinição dos critérios de avaliação a cada edição do Programa, de modo a se adequarem, com mais detalhes, ao que os referenciais sugerem.

Além disso, entendemos também que tanto o termo *prática de análise linguística*, cunhado por Geraldi (1984) e utilizado pelos PCN, como o termo *conhecimentos linguísticos*, cunhado pelo PNLD, referem-se às atividades que englobam tanto aspectos da gramática tradicional ou “objetos de ensino fixos”, quanto “objetos de ensino fluidos” – coesão, coerência, intertextualidade, polissemia, entre outros – (BUNZEN, 2008, no prelo), decorrentes dos estudos linguísticos que tomam como base o texto e o discurso para a elaboração de conceitos e definições. Nesse sentido, a concepção de linguagem é mais ampla, considerando elementos da gramática tradicional, mas também dos estudos linguísticos, sobretudo as considerações das correntes funcional e enunciativa de análise linguística.

Por isso, tanto os PCN quanto o PNLD definem, respectivamente, a *prática de análise linguística* e os *conhecimentos linguísticos* como um *eixo* de reflexão sobre a língua e a linguagem, não cabendo, portanto, falar apenas em *gramática* para um enfoque que engloba conhecimentos gramaticais (fonética, fonologia, morfologia, sintaxe), conhecimentos ortográficos, além dos conhecimentos sociolinguísticos, textuais e discursivos. Assim sendo, é possível dizer que deve ser feita a separação entre a visão tradicional de *ensino de gramática* e a *prática de análise linguística* ou os *conhecimentos linguísticos*, nos mesmos moldes em que na década de 1980 se fez entre redação e produção de texto.

6. BIBLIOGRAFIA

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. A avaliação dos livros didáticos: para entender o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). In: A. A. G. Batista & R. H. R. Rojo (orgs.). *Livro didático de Língua Portuguesa, letramento e cultura escrita*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003, pp. 25-67.

BRASIL (1998). *Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL (1998). *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BUNZEN, Clécio. O ensino de “gêneros” em três tradições: implicações para o ensino-aprendizagem de língua materna. In: André Covre et al. *Quimera e a peculiar atividade*

de formalizar a mistura do nosso café com o revigorante chá de Bakhtin. São Carlos: Publicação GEGE, 2004, mimeo.

BUNZEN, Clécio. Formas de avaliação e de re(a)presentação dos conhecimentos lingüísticos nos livros didáticos de português. 2008, no prelo.

MANINI, Daniela. *A gramática e os conhecimentos linguísticos em livros didáticos de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental II (5ª a 8ª séries)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas/ SP, 2009.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues. *O livro didático de língua portuguesa no ensino fundamental: produção, perfil e circulação*. Relatório final da pesquisa CNPq, acessado em 02/04/06, no site: <http://homepage.mac.com/rrojo/LDP-Profile/2006>.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues & BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Cultura da escrita e livro escolar: propostas para o letramento das camadas populares no Brasil. In: R. H. R. Rojo & A. A. G. Batista (orgs.). *Livro didático de Língua Portuguesa, letramento e cultura da escrita*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003, pp. 7-24.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues. O perfil do livro didático de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries). In: R. H. R. ROJO & A. A. G. BATISTA (orgs.). *Livro didático de Língua portuguesa, letramento e cultura da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 2003, pp. 69-99.